


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007619-22.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Despejo Por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Inadimplemento**
 Requerente: **Claudinei Donizeti Staine**
 Requerido: **Joarez Goes Filho**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Castilho Aguiar França**

Vistos.

CLAUDINEI DONIZETI STAINE pediu o despejo de **JOAREZ GOES FILHO** do imóvel locado, situado na Rua João Muniz, nº 777, Residencial Itamaraty, nesta cidade, haja vista a falta de pagamento dos aluguéis e encargos de locação. Pediu também a condenação do locatário e da fiadora ao pagamento do débito.

Citado, o locatário não contestou o pedido nem pediu a purgação da mora.

A fiadora não foi localizada para citação. O autor desistiu do prosseguimento da ação em relação à fiadora.

Homologou-se a desistência da ação com relação à fiadora.

É o relatório.

Fundamento e decido.

À falta de contestação, presumem-se verdadeiros os fatos alegados pelo autor (Código de Processo Civil, artigo 319), notadamente a existência de relação locatícia e a inadimplência, com a consequência jurídica do acolhimento do pedido.

Isto posto, **acolho os pedidos** e declaro rescindida a locação, decretando o despejo do locatário, do prédio locado, assinando-lhe o prazo de quinze dias para desocupação voluntária.

Outrossim, condeno o réu, **JOAREZ GOES FILHO**, a pagar ao autor, **CLAUDINEI DONIZETI STAINE**, o valor correspondente aos aluguéis e encargos identificados na petição inicial, além daqueles que se vencerem até a data da efetiva desocupação do imóvel, com correção monetária, juros moratórios, custas processuais e



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

honorários advocatícios do patrono do autor, fixados em 10% do valor da condenação.

Publique-se e intime-se.

São Carlos, 06 de novembro de 2017.

Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**